

# PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 408

FONE FAX (047) 846-1346

89170.000 - LAURENTINO

SANTA CATARINA



Lei nº 616/97

“Cria o Conselho de Alimentação Escolar”.

INÁCIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Laurentino, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

ART. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução e controle do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhes especificamente:

I - fiscalizar e controlar a aplicação de recursos destinados à merenda escolar;

II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos “in natura”;

III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV - sugerir medidas aos órgãos dos poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 408

FONE FAX (047) 846-1346

89170.000 - LAURENTINO

SANTA CATARINA



Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;



b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para a alimentação escolar;

V - Articular-se com órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com os outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais;

VI - Fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - Articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

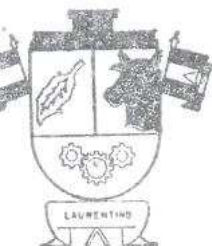
IX - Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais levando-se em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X - Exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - Realizar campanhas sobre a higiene e saneamento básico no que respeita aos efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 408

FONE FAX (047) 846-1346

89170.000 - LAURENTINO

SANTA CATARINA



XIII - Levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa do município;



XIV - O Conselho de Alimentação Escolar criará o Núcleo de Controle de Qualidade, que será o elo de ligação entre o Município e o sistema FAE de controle de qualidade de alimentos.

**Parágrafo único** - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

**ART. 2º** - O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR terá a seguinte composição:

- I - o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;
- II - 1 ( um ) representante da Associação Comercial e Industrial de Laurentino ( ACIL );
- III - 1 ( um ) representante dos professores das escolas municipais e ou municipalizadas;
- IV - 1 ( um ) representante de pais e alunos;
- V - 1 ( um ) representante da Secretaria de Saúde do Município.

**Parágrafo 1** - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

**Parágrafo 2** - A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feito por Decreto do Poder Executivo, para o prazo de 2 ( dois ) anos, podendo ser renovado por igual período.

**Parágrafo 3** - O Presidente do Conselho permanecerá como tal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO

RUA 15 DE NOVENBRO, 408

FONE FAX (047) 846-1346

89170.000 - LAURENTINO

SANTA CATARINA



durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.



**Parágrafo 4** - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades e nomeados pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo 5** - No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

**Parágrafo 6** - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, com a presença de pelo menos metade de seus membros e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente e ou mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

**Parágrafo 7** - Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção a 2 ( duas ) reuniões consecutivas do Conselho ou 4 ( quatro ) alternadas.

**Parágrafo 8** - Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

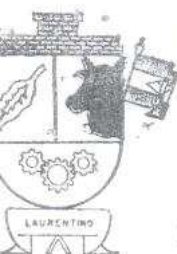
**ART. 3º** - O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para mandato de 2 ( dois ) anos, que poderá ser renovado, por igual período.

**ART. 4º** - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

**ART. 5º** - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

## CAPÍTULO III





# PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 408

FONE FAX (047) 846-1346

89170.000 - LAURENTINO

- SANTA CATARINA

LAURENTINO

2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO



ART. 6º - O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no Orçamento Anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo estado;

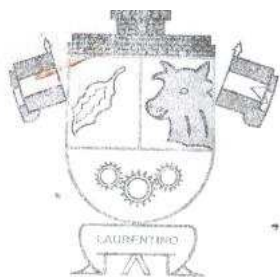
III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições internacionais.

ART. 7º - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 ( trinta ) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

ART. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laurentino, 11 de março de 1997

  
INACIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657/0001-97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

laurentino@laurentino.sc.gov.br

**LEI Nº1078/2010**

## **“DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE LAURENTINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**VALDEMIRO AVI**, Prefeito do Município de Laurentino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**FAZ SABER** a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Conselho de Alimentação Escolar de Laurentino, criado pela Lei Municipal nº616, de 11 de março de 1997, passará a ser regido em conformidade com os dispositivos desta Lei.

**Art. 2º**- O Conselho de Alimentação Escolar de Laurentino é órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar, junto aos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental da rede municipal de ensino, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, com atribuições de:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Programa de Alimentação Escolar

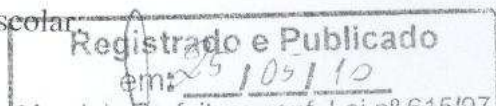
II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

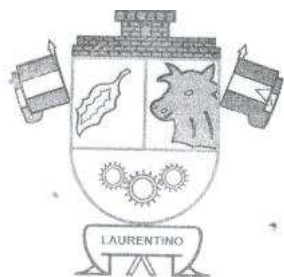
IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

§ 1º O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estadual e demais conselhos afins, e deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

§ 2º Compete, ainda, ao Conselho de Alimentação Escolar







# Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657/0001-97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346  
89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

laurentino@laurentino.sc.gov.br

I - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

II - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

III - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

IV - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta lei.

**Art. 3º** O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 2º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 3º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

Registrado e Publicado  
em: 25/05/10  
Mural da Prefeitura conf. Lei nº 615/97